

AJ15218

Vitória (ES), sexta-feira
2 de junho de 2006
Editora: **Cintia B. Alves**
calves@redgazeta.com.br
Tel.: 3321-8446

BLOQUEIO PONTUAL TRIBUNAL DE JUSTIÇA VAI SE REUNIR HOJE COM AS OPERADORAS PARA DISCUTIR SOLUÇÕES PARA O PROBLEMA DO CALADÃO

Governo quer prolongar bloqueio, mas só na cadeia

Sejus quer que as operadoras mantenham o sinal suspenso após o dia 27

CLAUDIA FELIZ
cfeliz@redgazeta.com.br

O governo estadual quer que as empresas operadoras de

telefonia celular mantenham desligados seus sinais nos presídios da Grande Vitória, mesmo depois do fim da vigência da ordem judicial que

determinou a suspensão do sinal, válida até o próximo dia 27. Mas quer que as próprias operadoras arquem com o custo do bloqueio.

“As prisões têm que continuar sem comunicação, mas não cogitamos a possibilidade de o Estado gastar dinheiro. As operadoras devem assumir essa res-

ponsabilidade, já que detêm tecnologia, conhecimento e possibilidade de monitorar o sinal”, afirmou o secretário de Justiça, Ângelo Roncalli.

Ontem, pela manhã, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Jorge Góes Coutinho, o juiz da Vara da Central de

Inquéritos Especiais de Vitória, Marcelo Menezes Loureiro, o secretário Roncalli, a procuradora-Geral de Justiça, Catarina Cecin Gazele, e o gerente-geral de fiscalização da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Joaquim Oliveira, se reuniram pela primeira vez para discutir a redução do impacto do bloqueio.

Atualmente, há milhares de moradores impedidos de usar o celular em dezenas de bairros localizados em Vitória, Vila Velha e Viana.

Hoje, em mais uma reunião no Tribunal de Justiça do Espírito Santo, marcada para as 10 horas, será discutida com as operadoras a solução para que a área fora dos presídios tenha os sinais restabelecidos e qual será a medida técnica definitiva a ser adotada para que o bloqueio funcione apenas dentro das cadeias.

Segundo a procuradora-Geral de Justiça, Catarina Gazele, o bloqueio nos presídios deve continuar, mas para que a população não seja prejudicada, o Ministério Público pode mover ação judicial ou firmar um Termo de Ajustamento de Conduta com as operadoras, para definir que tecnologia será usada para a solução do problema.

ANTÔNIO C. COUTINHO
CORONEL DA PM

Investimento no setor de inteligência da Polícia Militar

Comandante-geral da PM promete investimento maciço

Texto **ANDRESA ZANANDREA**

O coronel Antônio Carlos Barbosa Coutinho, 44 anos, vai assumir o comando-geral da PM no próximo dia 9, em substituição ao coronel Paulo César Lugatto, que vai para a reserva. Formado em Engenharia de Telecomunicações, com pós-graduação em Auditoria na Administração Pública e Planejamento Estratégico, Coutinho já foi comandante do 6º BPM, na Serra e do Comando de Policiamento Ostensivo Metropolitano. Atualmente, é secretário-chefe da Casa Militar. Ele revelou quais serão seus projetos à frente da corporação.

INTELIGÊNCIA

“Estamos reconstruindo o serviço de inteligência da PM, que é de fundamental importância. Vamos fazer o fortalecimento da inteligência, inclusive com compra de equipamentos modernos. Pela primeira vez a inteligência vai receber um número considerável de equipamentos,



SEM SINAL Governo pretende impedir que os presos da Grande Vitória consigam comunicação por celular. FOTO: FÁBIO VICENTINI/ARQUIVO

Anatel diz que cadeias têm de ter bloqueadores

Além disso, é preciso efetuar diversas manobras técnicas; eficácia não é garantida

O gerente-geral de Fiscalização da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Joaquim Oliveira, disse que a restrição do bloqueio de sinal da telefonia celular somente na área dos presídios requer, além de outras manobras técnicas, o

uso de bloqueadores nas unidades. Mas ele não deu garantia de 100% de eficácia da medida, em um período longo.

“O aparelho tem que ser atualizado tecnologicamente em um curto espaço de tempo, porque o setor evolui com grande velocidade. Em três, quatro meses, surge nova tecnologia”, disse, admitindo, também, que não há como impedir reflexos em algumas áreas mais próximas aos presídios.

“Em um funcionamento em rede, é difícil apagar um ponto

e não ter perturbação em outros locais. Ainda não se sabe o dia, mas as empresas têm interesse em restabelecer o sinal no maior número de bairros possível, ainda este mês”.

Ele disse que o momento é atípico, já que uma ordem judicial determinou o bloqueio dos sinais nas áreas dos presídios, enquanto a legislação prevê que as operadoras garantam cobertura ampla. “A determinação foi 100% cumprida”, garantiu, dizendo que está sendo feito um monitoramento cons-

tante no bloqueio.

Oliveira não deu maiores informações sobre o direito do consumidor de linhas pós-pagas de só pagar pelo período em que o serviço estiver funcionando, como defende o Procon. “A Anatel defende os direitos do usuário, mas estamos numa situação atípica, de cumprimento de mandado judicial. No momento, estamos focando no menor impacto da população. O sistema celular já é tarifado para que a pessoa pague pelo que fale”, disse ele.

Bloqueio só com interferência forte

Especialistas em telecomunicações afirmam que o bloqueio de telefonia só nos presídios requer a instalação de um forte sinal de interferência nas unidades e mudanças no projeto de telefonia nas cidades.

Essa interferência tem que ser mais forte do que o sinal emitido pelas estações Rádio-Base (ERBs) das operadoras, criando uma “área de sombra” e impedindo ligações nos presídios.

A comentarista de tecnologia da CBN e editora do IDG Now, Daniela Braun, em uma análise para A GAZETA, fez a estimativa de que seriam necessários dois bloqueadores em cada presídio, emitindo nas frequências de 800

megahertz e 1800 megahertz, totalizando um custo de R\$ 300 mil por unidade.

Mas de acordo com o professor do Departamento de Informática da Ufes, Anilton Salles Garcia, não existe um aparelho que efetue 100% de bloqueio. “Sempre vai existir uma frequência que o bloqueador não cobre”, afirma.

Outro professor da Ufes, Luiz Gonzaga de Oliveira, disse que são necessárias alterações nas ERBs e no diagrama da radiação, baixando o sinal emitido, para que as outras áreas das cidades de Vitória, Vila Velha e Viana, distantes dos presídios, voltem a dispor do serviço de telefonia celular.

Embratel ainda não suspendeu sinal para os telefones Livre

Empresa alega que ainda não foi notificada da ordem judicial mandando bloquear funcionamento

ANDRESSA ZANANDREA

Apesar de a Justiça ter determinado o bloqueio dos telefones Livre, da Embratel, nas proximidades dos complexos penitenciários localizados em Viana e Vila Velha, o serviço continuava funcionando normalmente na tarde de ontem. A determinação foi dada na tarde de quarta-feira.

Segundo a assessoria de imprensa da Embratel, a empresa ainda não havia recebido a notificação judicial até a tarde de ontem. “Tão logo recebemos a notificação, vamos agir de acordo com o que a Justiça determina”, informou a assessoria.

O juiz Marcelo Menezes Loureiro, da Vara da Central de Inquéritos Especiais de Vitória, determinou que o sinal do Livre - antigo Vésper - fosse desligado por 30 dias nas proximidades dos presi-

dios de Vila velha e Viana, assim como foi determinado para as operadoras de celular Vivo, Oi, Claro e Tim.

O pedido do corte do sinal foi feito pela Secretaria de Justiça (Sejus), pois os telefones Livre se tornaram uma alternativa ao uso de celulares nos presídios.

O Livre é um serviço de telefonia fixa da Embratel. No entanto, o aparelho é móvel. A empresa se nega a informar o alcance do aparelho e afirma que se compromete apenas com o funcionamento na residência do cliente, mas há informações de que o telefone funciona numa área média de até três quilômetros do endereço registrado.

A tecnologia usada é a CDMA (Code Division Multiple Access), mas, ao contrário dos celulares, o Livre não se conecta a várias antenas em várias localidades diferentes: o telefone é ligado a uma antena específica, a mais próxima da casa do cliente. No entanto, não é raro encontrar quem use o aparelho como se este fosse um telefone móvel.

Situação reflete realidade nacional, diz secretário

Ele lembrou que bloqueio de celulares em outros Estados também afetou a vida da população

O secretário de Justiça, Ângelo Roncalli, voltou a dizer ontem que a situação encontrada nos presídios do Espírito Santo reflete uma realidade nacional, e que “não se resolve com varinha de condão”.

Ele lembrou que o bloqueio de celulares nas áreas de presídios provocou reflexos na vida da população também em São Paulo e no Mato Grosso, e disse que Goiás está preparando a aplicação da mesma medida.

Roncalli deixou claro que o Estado não vai discutir a proibição da entrada de malotes nas cadeias e lembrou que já existem três aparelhos de raios X em funcionamento nos presídios, e que mais três serão comprados.

“Há uma Lei de Execução Penal e é ela quem disciplina os direitos do preso”, argumentou o secretário, explicando que irá a Brasília no próximo dia 7, para uma reunião de secretários no Ministério da Justiça, onde o assunto será discutido.

Mais uma vez, o secretário explicou que o governo estadual autorizou a contratação de 300 agentes penitenciários, por concurso público.

Também foi autorizada a criação do cargo de guarda de muralha e escolta, que vai resultar na saída dos policiais militares da guarda externa dos presídios. A secretaria vai inaugurar a nova sede da Escola Penitenciária, onde serão formados os servidores, ainda neste ano.

siderável de equipamentos, tanto para a Dint quanto para os batalhões”.

DESAFIOS

“O maior desafio é a execução do Plano Estratégico. Estamos assumindo com a mesma equipe que iniciou o Cerco Tático Metropolitano. Esse é um dos pontos que devem ser fortalecidos. Tudo o que já foi pensado e implementado pode passar por algum alinhamento, mas não será deixado para trás”.

PARCERIAS

“Vamos nos reunir periodicamente com as secretarias de Segurança Pública e Justiça, além do Corpo de Bombeiros e da Polícia Civil. Haverá a efetivação do fórum de discussão permanente, com vários órgãos e instituições, como OAB e igrejas, para discutir ações de segurança”.

AVALIAÇÃO

“Uma inovação será a realização de pesquisas de opinião pública. Temos a responsabilidade de construir uma polícia que a sociedade quer. Além disso, vamos instituir um conselho de avaliação e política, formado por civis e policiais da reserva”.

RESERVA

“Vamos chamar os policiais da reserva e ver quem está disponível, com vigor, para montar um banco de dados. Esses policiais poderão fazer a segurança de uma autoridade, por exemplo, sem ter que tirar um policial da atividade específica”.

ADMINISTRAÇÃO

“Será criado um quadro de funcionários civis para substituir os policiais que estão trabalhando em posições administrativas e segurança patrimonial. Esses policiais poderão ser realocados. Hoje, o quadro na administração já é enxuto, mas vamos conseguir colocar esses policiais nas ruas, colocando funcionários civis no lugar deles”.